

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade
Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: soniamenezes@ufs.br

<https://orcid.org/0000-0001-6072-771X>

Maria Geralda de Almeida

Professora Titular da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Professor Aposentada da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora do PPGEIO da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

(In memoriam)

Resumo:

No presente artigo o objetivo é analisar a apropriação do espaço de dentro – os quintais – pelas mulheres, para a produção de hortaliças, frutas, ervas medicinais, criação de pequenos animais, com vistas ao consumo familiar, assim como a comercialização nos circuitos curtos. Para tanto, foram realizadas revisões bibliográficas a respeito da temática e utilizou-se de pesquisa de campo, com a observação dos quintais e a realização de entrevistas com as mulheres nas comunidades rurais de Curralinho e Fazenda Velha, distritos localizados nos municípios de Diamantina e de Sete Lagoas, Minas Gerais, e com as mulheres feirantes nos municípios de Iporá e de Pirenópolis, Goiás, e na comunidade quilombola de Sítio Alto e no povoado Lagoa a Volta nos municípios de Simão Dias e Porto da Folha em Sergipe. Os quintais conformam espaços onde os saberes são transmitidos por diferentes gerações, expressando as vivências, os fazeres cotidianos, a organização, divisão e aproveitamento da terra para cultivos e criação de pequenos animais. A produção, embora pouco valorizada, é relevante para a segurança alimentar dos membros familiares. Em algumas comunidades o excedente é comercializado nos circuitos curtos, como as feiras livres nos municípios, ou vendido a intermediários, sobretudo os pequenos animais, e no caso do suíno é a poupança da mulher. Valorizar os quintais significa valorizar o conhecimento transmitido por diferentes gerações, as tradições, a cultura em um espaço que é lugar de vida e de trabalho.

Palavras-chave: Quintal; Mulheres; Espaço Rural.

Abstract:

In this article, the objective is to analyze the appropriation of the interior space - the backyards - by women, for the production of vegetables, fruits, medicinal herbs, small animals, with a view to family consumption, as well as commercialization in short circuits. To this end, bibliographic reviews were carried out on the subject and field research was used, with the observation of backyards and interviews with women in the rural communities of Curralinho and Fazenda Velha, districts located in the municipalities of Diamantina and Sete Lagoas, Minas Gerais, and with women marketers in the municipalities of Iporá and Pirenópolis, Goiás, and in the quilombola community of Sítio Alto and in the Lagoa a Volta village in the municipalities of Simão Dias and Porto da Folha in Sergipe. The backyards form spaces where knowledge is transmitted by different generations, expressing the experiences, the daily actions, the organization, division and use of the land for crops and small animals. Production, although undervalued, is relevant for the food security of

¹ Artigo elaborado nas atividades de pesquisas realizadas durante o Promob (Programa de Mobilidade Acadêmica) no Estado de Minas Gerais, em 2018, e no Estágio Pós-Doutoral na UFG, entre 2019 -2020.



family members. In some communities, the surplus is sold on short circuits, such as street markets in the municipalities, or sold to intermediaries, especially small animals, and in the case of pigs, it is the woman's savings. Valuing backyards means valuing the knowledge transmitted by different generations, traditions, culture in a space that is a place of life and work.

Keywords: Backyard; Women; Rural Space.

Resumen:

En este artículo, el objetivo es analizar la apropiación del espacio interior - los traspatios - por parte de las mujeres, para la producción de hortalizas, frutas, hierbas medicinales, pequeños animales, con miras al consumo familiar, así como a la comercialización en circuitos cortos. Para ello, se realizaron revisiones bibliográficas sobre el tema y se utilizó investigación de campo, con la observación de traspatios y entrevistas con mujeres de las comunidades rurales de Curralinho y Fazenda Velha, distritos ubicados en los municipios de Diamantina y Sete Lagoas, Minas Gerais, y con mujeres comercializadoras en los municipios de Iporá y Pirenópolis, Goiás, y en la comunidad quilombola de Sítio Alto y en la aldea Lagoa a Volta en los municipios de Simão Dias y Porto da Folha en Sergipe. Los traspatios forman espacios donde se transmiten conocimientos por diferentes generaciones, expresando las vivencias, el accionar cotidiano, la organización, división y uso de la tierra para cultivos y pequeños animales. La producción, aunque subvalorada, es relevante para la seguridad alimentaria de los miembros de la familia. En algunas comunidades, los excedentes se venden en circuitos cortos, como los tianguis de los municipios, o se venden a intermediarios, especialmente animales menores, y en el caso de los cerdos, son los ahorros de la mujer. Valorar los patios traseros es valorar los saberes transmitidos por diferentes generaciones, tradiciones, cultura en un espacio que es lugar de vida y trabajo.

Palabras clave: Patio trasero; Mujeres; Espacio Rural.

1 INTRODUÇÃO

Nas travessias realizadas durante o Promob (Programa de Mobilidade Acadêmica), foram evidenciadas transformações no espaço rural com a territorialização e expansão do agronegócio e o uso da terra para as mercadorias como a soja, o milho, a cana de açúcar. Essas mudanças, fundamentadas no paradigma da Revolução Verde, tinham como alvo o aumento da produtividade e estavam alicerçadas no uso intensivo de insumos químicos, sementes selecionadas, irrigação, mecanização. Tais alterações estavam embasadas em políticas públicas com a liberação de crédito, investimento em pesquisa e no apoio do serviço de extensão. A ampliação da fronteira agrícola refletiu e reflete na concentração fundiária e na expulsão de homens e mulheres do espaço rural, que reflete no acelerado processo de urbanização. Atualmente, o processo de produção no espaço rural está vinculado não só ao seu valor de uso, mas ao seu valor de troca, visto que o campo é utilizado prioritariamente para produzir mercadorias.

Além do avanço da produção de mercadorias, verifica-se em determinados territórios o avanço da especulação imobiliária, fato esse identificado em vários espaços rurais. Esta alteração na configuração espacial foi identificada no distrito de Curralinho, em Diamantina/MG, e reflete a demanda acentuada dos moradores da sede municipal que buscam no lugar um refúgio, as paisagens rurais e o espaço bucólico, características da ruralidade. Do mesmo modo, foi observada a alteração no espaço do distrito de Fazenda Velha, em Três Lagoas, MG com a expansão da construção de condomínios horizontais ocupados prioritariamente por moradores de Belo Horizonte, que se utilizam das segundas-residências nos finais de semana, feriados e outros, após as aposentadorias,



para residirem no lugar, além das chácaras também daqueles de fora do lugar. Nas andanças pelos dois distritos, foi possível verificar o número de casas, chácaras fechadas e os moradores vivendo em espaços reduzidos, com uma arquitetura que denota aqueles do lugar, diferenciando-os daqueles de fora.

Todavia, também se constataram, nas visitas às comunidades rurais e urbanas, as atividades realizadas pelas mulheres, ruralidades, ancoradas no modo de vida, na identidade territorial das comunidades camponesas. Essas atividades contraditoriamente não ocupam grandes espaços, pois estão assentadas nos quintais, denominados por Almeida (2018, p. 333) como um “microcosmos produtivo, onde a mulher é o sujeito principal”. O trabalho de domínio feminino tem sido ratificado como essencial para a reprodução familiar, embora seja, geralmente, pouco valorizado no espaço externo e muitas vezes no âmbito familiar, tendo em vista não proporcionar renda elevada. Almeida (2016, p. 3), por meio de suas pesquisas, define os quintais como um “[...] espaço singular do entorno das moradias no qual se produz a vida, pelo que se cria, pelo que se cultiva, pelo cuidado em sua manutenção e pelas várias atividades do labor e da socialização ali desenvolvidas [...]”. Nesses espaços a produção destina-se ao consumo familiar, a despeito da constatação de que, em outros espaços, para além do autoconsumo, as mulheres, e/ou elas juntamente com outros membros familiares, participam de circuitos curtos e comercializam esses alimentos.

Ao tecer considerações a respeito do uso dos espaços naqueles visitados surgiram vários questionamentos como por exemplo: O trabalho e os cultivos de alimentos das mulheres nos quintais são valorizados para a reprodução das famílias? Os alimentos como as frutas, verduras, hortaliças, ervas medicinais, milho, feijão, mandioca cultivados tem valor de uso e/ou tem também valor de troca? Ao ser comercializada nos circuitos curtos esses alimentos são computados nos rendimentos familiares?

As transformações nos territórios visitados são evidenciadas, o avanço do agronegócio é nítido, porém, o nosso propósito é recobrar a permanência das ruralidades. Neste artigo o objetivo é analisar a apropriação do espaço de dentro – os quintais – pelas mulheres, para a produção de hortaliças, frutas, ervas medicinais, criação de pequenos animais, com vistas ao consumo familiar, assim como a comercialização nos circuitos curtos. Para tanto, foram realizadas revisões bibliográficas a respeito da temática e utilizou-se de pesquisa de campo, com a observação dos quintais e a realização de entrevistas com as mulheres nas comunidades rurais de Curralinho e Fazenda Velha, distritos localizados nos municípios de Diamantina e de Sete Lagoas, Minas Gerais, e com as mulheres feirantes nos municípios de Iporá e de Pirenópolis, Goiás, na comunidade quilombola de Sítio Alto e no povoado Lagoa a Volta nos municípios de Simão Dias e Porto da Folha em Sergipe respectivamente.



O artigo está organizado em três seções, além desta introdução. A primeira seção tem por objetivo contextualizar aspectos relacionados às transformações do espaço rural e o debate referente à produção de mercadorias. Em seguida, a discussão está circunscrita às experiências que marcam as ruralidades no espaço rural relacionadas ao cultivo de alimentos nos quintais agroecológicos e, na terceira seção, abordaremos os circuitos curtos.

2 TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO RURAL E A CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DA PRODUÇÃO DE MERCADORIAS

No Brasil, o espaço rural, desde a década de 1960, é alvo de intensas transformações, fundamentadas no paradigma da Revolução Verde e alicerçadas em pesquisas, assistência técnica e apoio financeiro do Estado, suscitando alterações no padrão tecnológico, provocando mudanças no uso da terra e proporcionando a concentração da estrutura fundiária, que se refletiram na mobilidade e no crescimento da população urbana. Essas mudanças, inseridas no modo tradicional de uso da terra cravado no aumento da produtividade, traduzem-se em um rastro de destruição no meio ambiente, com a discrepante desigualdade social e econômica, para além dos impactos na vida com “[...] a destruição de culturas (formas de conhecimento e visões do mundo) e, especialmente, a superexploração dos solos, água, e energia, a redução da biodiversidade, a poluição dos agrotóxicos e a modificação de processos ecológicos [...]” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2010, p. 63).

Entre as alterações no mundo rural, ocorre a expansão de paradigmas modernos que alteram o uso da terra e, por consequência, geram rupturas, dentre elas, os movimentos migratórios. Com a escassez de terra para a prática do seu cultivo e de postos de trabalho no campo, emergem as dificuldades financeiras que logo impulsionam a mobilidade populacional. Esses deslocamentos não acontecem de forma natural, despontam constrangimentos, à medida que se engendra o abandono da terra natal motivado pelos referidos processos que resultam na exclusão e desterritorialização.

Nos estados de Minas Gerais, Goiás e Sergipe, aprofundam-se as ameaças às comunidades tradicionais provocadas pelo avanço do agronegócio da soja, da cana-de-açúcar e do milho, e a despeito disso, paulatinamente, reduzem-se os espaços para a produção dos alimentos. Esse arrefecimento pode ser constatado ao se analisar as informações do último censo agropecuário e está ladeado pelo avanço dos produtos destinados ao mercado externo. Tais transformações, como já citado anteriormente, estão fundamentadas no modelo agroexportador e no avanço do paradigma moderno como foi retratado em pesquisas por geógrafos, as quais enfatizam as transformações no espaço geográfico e a expansão da fronteira agrícola. Soares et al. (2005, p. 225) criticam as modificações econômicas e as contradições socioespaciais na região do Triângulo Mineiro e enfatizam:



Curiosa região. A natureza deu-lhe tudo menos o mar. Porém, deu-lhe o cerrado que após 1950 foi transformado em “mares de soja, café, milho” e campos de brachiaria” para o “boi verde”. O mar não lhe é mais necessário, pois o agronegócio cria os portos secos e os caminhos para o escoamento da produção, que a cada década aumenta, fazendo do sertão um lugar bem-sucedido na economia capitalista moderna.

Com a instalação dos Complexos Agroindustriais nessa região após a década de 1970, avança a produção/produktividade da soja, impulsionando o crescimento de alguns centros urbanos. Embora o desenvolvimento econômico seja alardeado, este não é evidenciado nos municípios que conformam a região do Triângulo. Soares et al. (2005, p. 226) afirmam que “a realidade é de precárias condições para alguns centros urbanos e a riqueza produzida nos cerrados da região não é igual, pois o capital não possui tal prática”. Logo, por trás do desenvolvimento há uma discrepante realidade.

Pessoa e Inocêncio (2014) discutem a atuação a partir dos anos de 1980 do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), denominado projeto Cerrado ou JICA (JAPAN INTERNACIONAL COOPERATION AGENCY), como parte de um acordo internacional para a produção de grãos. As autoras ainda assinalam:

Na sua lógica de expansão, apropriou-se dessas novas áreas e transformou-as em função de seus interesses, alterando sua estrutura e conteúdo [...] a agricultura passou, a partir da atuação de grupos monopolistas, a ser subordinada à indústria e ao capital financeiro. (PESSOA; INOCÊNCIO, 2014, p. 5).

A escolha dos cerrados está atrelada à geografia do lugar, favorável ao uso de tecnologia e maquinário, sem contar o baixo valor das terras e a facilidade de escoamento da produção, com a inserção das redes técnicas de comunicação e transportes.

A soja como principal cultura alastra-se e a sua produção tem por objetivo o mercado internacional, e no mercado interno, embora não esteja vinculada à alimentação básica dos brasileiros, a sua transformação em óleo, aliada a uma expressiva campanha publicitária, repercutiria nas alterações nos hábitos alimentares e na redução dos óleos vegetais e de origem animal existentes. Segundo Oliveira (1994, p. 50), “de uns tempos para cá, o óleo de soja tornou-se o produto básico na preparação de alimentação. Até campanhas publicitárias e ‘médicas’ foram feitas ressaltando seu valor em relação aos demais do gênero”. O autor assevera a mundialização da economia brasileira e o domínio do capital internacional com as transformações no espaço rural, assim como nos hábitos alimentares.

O Prodocer I iniciou-se no oeste do estado de Minas Gerais no ano de 1980. A devastação do cerrado continuou a expandir-se a partir de 1987, em direção aos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia. Pessoa e Inocêncio (2014, p. 19) asseveram: “não há como negar o seu papel na



transformação econômica iniciada com a soja e, posteriormente, com outros cultivos como o café, a cana-de-açúcar [...]. Entretanto, deve-se considerar que as transformações interferiram, sobretudo, na vida dos “povos cerradeiros” no que se refere ao social, cultural e ambiental.

Santos (2008) afiança que o processo de implantação da monocultura da soja no cerrado mineiro transforma o espaço da produção, estabelece novas conexões sociais e altera as relações do homem com a natureza. No processo produtivo das modernas lavouras de cereais, faz-se o cercamento das propriedades tradicionais dos mineiros: “o tempo de produção tornou-se linear. O represamento dos cursos d’água e o uso do pivô central são técnicas decisivas para obtenção da linearização do tempo” (SANTOS, 2003, p. 141).

Esse avanço dos monocultivos propaga-se nos mesmos moldes e na mesma temporalidade no estado de Goiás, alicerçado por “incentivos fiscais, disponibilidade de créditos, baixo custo da terra, a topografia plana das chapadas, o clima favorável, a disponibilidade de água, a infraestrutura construída pelo poder público e os diversos programas estatais” (MENDONÇA, 2004, p. 28). As transformações no espaço com o objetivo de aumentar a produtividade estão aliadas à reprodução do capital de forma excludente, uma vez que não estão direcionadas a todos que estão no lugar, mas àqueles que detêm o capital, ampliando-o por meio do processo em que estão imbricadas a modernização da agricultura, a industrialização e a urbanização. Para Castilho (2017, p. 55), estas se conformam como “marcadores de discursos sobre o território goiano, balizaram importantes temporalidades da modernização em Goiás”. Mas essa modernização é seletiva, visto que não atinge a sociedade como um todo, mas parte dos investidores externos, elites locais. Enquanto isso, a sociedade é excluída desse processo. Para Mendonça (2004, p. 169), essas “elites alardearam a ‘civilização da soja’, que viabilizou o aproveitamento econômico do Cerrado, já que essas terras eram ‘improdutivas’ e não apresentavam qualquer possibilidade de ‘progresso’, quando cultivadas por esses nativos”, o que evidencia concepções fundamentadas na lucratividade do capital de diferentes escalas. Almeida (2005, p. 327) assinala que “a expansão da monocultura da soja, embora venha favorecendo a balança comercial brasileira, está afetando, sensivelmente, o ecossistema e as populações locais”. A produção está destinada à demanda externa, sendo levada para fora e transformada em mercadorias leiloadas, comercializadas nos pregões das bolsas. Enquanto isso a população local é desterritorializada, empurrada para as periferias urbanas.

Galeano (2010, p. 2), ao discutir o avanço do capital transnacional na América Latina, afiança que, “em nome da modernização e do progresso, os bosques industriais, as explorações mineiras e as plantações gigantescas arrasam os bosques naturais, envenenam a terra, esgotam a água e aniquilam pequenos plantios e as hortas familiares”. Tal assertiva é visível nos espaços rurais dos diferentes estados visitados e diante da expansão do agronegócio, Almeida (2018, p. 346) alude



que a “sociedade brasileira desprezou os conhecimentos de vários grupos tradicionais, como os indígenas, os quilombolas e os povos cerradeiros [...]”.

As pesquisas realizadas por Neves e Mendonça (2020) apontam na última década a expansão do agronegócio canavieiro no sul do estado de Goiás, evidenciando a territorialização desse commodity e a substituição dos espaços ocupados anteriormente pela soja, pelo milho. Porém, os autores apontam que a expansão da cana-de-açúcar não refletirá na produção de alimentos, haja vista a redução da produção de arroz, de trigo e da mandioca.

Igualmente às discussões sobre o avanço do agronegócio nos estados de Minas Gerais e Goiás, em Sergipe a expansão dos monocultivos ocorreu desde o período colonial, com a cana-de-açúcar, na região da Cotinguiba. Entretanto, na década de 1970, observou-se o avanço da citricultura na região centro-sul do estado, por meio da intervenção pública aliada à industrialização do suco destinado ao mercado externo. A propalada modernização agrícola e o avanço da citricultura fundamentada no uso de insumos, incentivos financeiros e apoio das instituições públicas atingem o período áureo nos anos 1990 e em 2006 o estado alcança o ranking de segundo maior produtor nacional. Porém, por se tratar de uma monocultura, a incidência de pragas e doenças reduz a produção. A concorrência com o suco de outras frutas e a redução do consumo em nível mundial provocaram o desmonte da ideia de modernização agrícola, razão por que a citricultura atualmente é uma atividade em decadência. As informações censitárias (2017) atestam a queda da produção da laranja e Sergipe passou a ocupar a sexta posição no Brasil nesse tipo de atividade.

Enquanto isso, nas últimas décadas observa-se o avanço da cana-de-açúcar, inclusive em espaços anteriormente ocupados com pastagens e/ou com sítios. Mas, para além desses monocultivos da cana-de-açúcar e da laranja, observam-se a expansão do milho no semiárido e espaços de transição entre agreste e semiárido. No último censo agropecuário foi comprovado que o estado de Sergipe ocupa a posição de sexto maior produtor de milho forrageiro no Brasil. Conforme discutido em artigo (MENEZES et al., 2019), o avanço, no estado de Sergipe, da produção do milho, da laranja e da cana-de-açúcar rebate na redução dos cultivos de alimentos como o feijão, o arroz e a mandioca. Somado a isso, verifica-se a expansão da carcinicultura nas comunidades tradicionais litorâneas, atividade que se apropria do território e dos recursos naturais existentes nas restingas e manguezais e dos espaços utilizados anteriormente para o cultivo de arroz. A criação de camarão provoca o arrefecimento de áreas utilizadas para as atividades extrativas pesqueiras, com a redução do território, e reflete na soberania alimentar, alterando os hábitos alimentares e repercutindo na insegurança alimentar nutricional dos povos tradicionais pesqueiros.

Constata-se assim que nos três estados avança o paradigma atual hegemônico direcionado à produção de commodities ou de mercadorias. Isto é, esses produtos ostentam como mercadorias tratadas pelo seu valor de troca, comercializadas nas bolsas de valores, e o destino não é a



alimentação humana. Eduardo Galeano (2010, p. 3) afirma: “Agora é a vez da soja transgênica, dos falsos bosques da celulose e do novo cardápio dos automóveis, que já não comem apenas petróleo ou gás, mas também milho e cana-de-açúcar de imensas plantações”. O autor assevera que para o capital: “Dar de comer aos carros é mais importante do que dar de comer às pessoas” (GALEANO (2010, p. 3).

O avanço dos cultivos dessas mercadorias reflete na diminuição da produção de alimentos, os conglomerados transnacionais controlam a produção e o mercado de alimentos com uma dieta padronizada, pobre em nutrientes, provocando o aumento de várias doenças e resultando no domínio e aumento dos lucros dessas corporações, como bem assinalou Pollan (2007).

A despeito desse modelo e contrapondo-se a este, verificaram-se a permanência, a continuidade e a relevância dos cultivos pelos agricultores familiares camponeses em espaços reduzidos, vinculados aos diversos movimentos sociais, assim como nas comunidades tradicionais por grupos familiares, com suas trajetórias na terra como espaço de vida e de trabalho. Também, os pesquisadores descobrem e colocam em evidência o papel das mulheres. As mulheres nos quintais cultivam uma terra que pode ser considerada um “nanoterritório” (SOUZA, 2015), visto que elas são as responsáveis pela comida e a segurança alimentar da família. Articular uma discussão no tocante à relevância dos quintais diante da experiência vivenciada durante as atividades do Promob em Minas Gerais, Goiás e Sergipe, nas quais foi evidenciada a produção de alimentos, despertou-nos a análise dessas estratégias criadas pelas mulheres. É com essa perspectiva que o presente estudo busca compreender a apropriação material e simbólica do espaço denominado quintal. Com isso, desvenda-se essa produção para a reprodução familiar e dá-se visibilidade ao trabalho das mulheres.

3 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS NOS QUINTAIS: RURALIDADES SOB DOMÍNIO FEMININO

Nas visitas realizadas em diversas comunidades rurais os quintais aparecem como um espaço apropriado pelas mulheres, sendo utilizado para o cultivo de alimentos, ervas medicinais e criação de animais. Diante da expansão do agronegócio e da concentração da terra na mão de poucos proprietários, em várias comunidades, sobretudo em Sítio Alto (SE) e Curralinho (MG), as mulheres aproveitam os diminutos espaços. Almeida (2016, p. 147) define o quintal como “espaço de reprodução da mulher, por excelência, sobretudo com as atividades consideradas como da mulher: cozinhar, cuidar da ordem e limpeza do lar, dos filhos e marido, providenciar e assegurar a saúde, educação, vestuário e segurança alimentar da família”.

Um traço semelhante nos estabelecimentos rurais concerne à divisão sexual do trabalho, nas práticas cotidianas, na ocupação, divisão do espaço e na organização do tempo. As atividades



desenvolvem-se cotidianamente de tal forma que se assemelham a algo natural, e a diferença biológica entre masculino e feminino surge para justificar uma diferença que é socialmente construída. O território de trabalho dessas mulheres está sedimentado na casa, nas cercanias como o quintal, considerado como “espaço de dentro” ou “espaço privado” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), onde as atividades laborais estão investidas de zelo. Observa-se nas comunidades visitadas a divisão sexual do trabalho definida pelo homem, cabendo à mulher o domínio do espaço circunscrito à casa e às cercanias.

A administração/organização do quintal está sob sua responsabilidade, assim como a tarefa de transformar os produtos do roçado ou os mantimentos em alimentos comestíveis. Woortmann e Woortmann (1997, p. 37) afirmam que, contrapondo-se à posição masculina, a mulher ocupa um lugar determinado: “a casa, núcleo simbólico da família”. Nessa direção, Claval (1999, p. 85) assinala: “a carga afetiva da casa é forte. Ela aparece como um território onde a presença feminina é particularmente forte. Ao homem cabe controlar os espaços produtivos externos à casa, cabe à mulher o governo da mesma”.

Ao subtrair do sexo feminino o valor do seu trabalho de forma quase exclusiva, restando os espaços do lar ou suas cercanias, a atividade feminina é considerada geralmente como ajuda, por estar vinculada às tarefas domésticas pouco valorizadas. Quaresma (2015, p. 35) ressalta: “As mulheres não se reconhecem nem são reconhecidas como trabalhadoras, pois essa divisão invisibiliza o trabalho feminino nas atividades produtivas, sempre considerado como uma ‘ajuda’ ao trabalho do homem na roça”. Embora as atividades realizadas nos quintais sejam relevantes para a segurança alimentar, geração de renda e conservação da biodiversidade, esse espaço é desvalorizado também pelo sexo masculino, como evidenciou Almeida (2018, p. 348) em suas pesquisas sobre quintais produtivos nas comunidades Kalungas no estado de Goiás: “Na visão masculina, trata-se de um espaço amorfo, indiferenciado, dependente. É o espaço do não trabalho, um espaço à margem da economia, o espaço dos ‘inativos’. Aparece com um espaço sem valor”.

Em estudo realizado com as produtoras do queijo de coalho caseiro no Sertão Sergipano por Menezes (2014) foram evidenciadas a divisão social do trabalho e a desvalorização do trabalho das mulheres. Nele, foi considerada a produção da mulher como uma ajuda com os recursos financeiros obtidos provenientes da comercialização do queijo produzido pelas mulheres nos espaços circunscritos à casa. Igualmente a essas mulheres guardiãs do queijo de coalho, aquelas que cultivam alimentos, ervas medicinais e criam animais de pequeno porte nos quintais não têm o reconhecimento do valor do seu trabalho. A desqualificação do trabalho feminino foi discutida por Radl-Phillipe (2010, p. 93) e, alicerçada em suas pesquisas, a autora adverte:

Las funciones sociales de las mujeres no se centraban en el desempeño de actividades por parte de éstas en el área laboral-extra-doméstico, sus actividades no se entendían como actividades de trabajo, aun cuando las mujeres desde hace ya



mucho tempo asumían tales funciones de facto e irreconocidamente en la mayoría de nuestras sociedades. Así, por ejemplo, era habitual el trabajo femenino en el ámbito de la agricultura y de la producción económica semidoméstica, actividades que, no obstante, incluso hasta nuestros días, a menudo no figuran en los índices de la actividad económica a nombre de estas trabajadoras femeninas.

A depreciação do trabalho feminino para além do espaço doméstico é também verificada no âmbito institucional. O resultado da labuta diária não é computado nas pesquisas realizadas pelos órgãos vinculados ao Estado, o que denota a invisibilidade das mulheres. Essa não validação do trabalho das mulheres no Brasil foi retratado nas pesquisas realizadas por Heredia e Cintrão (2006), que apontam a falta do cálculo da renda gerada pelas mulheres nos quintais como uma problemática evidenciada no Censo Agropecuário e nas pesquisas do PNAD. Ainda a respeito dessa invisibilidade do trabalho das mulheres, Silliprandi (2015, p. 132) assevera que nas “estatísticas oficiais (censos, pesquisas) não é possível obter informações sobre a sua contribuição econômica à unidade familiar, pois embora sejam contabilizadas como força de trabalho, aparecem como ‘membros não remunerados da família’”. Essas constatações denotam a invisibilidade do trabalho feminino no citado “nanoterritório”.

Para além da elaboração da comida diária, dos afazeres no quintal com as plantas e o trato dos animais, algumas mulheres ainda encontram tempo para dedicar-se às tarefas artesanais como a produção de queijo, bordados, costura, artesanato. Geralmente, cultivam pequenas roças, nos espaços circunscritos à casa; portanto, a jornada de trabalho da mulher é tripla. Saffioti (2013), em suas pesquisas, assevera que nas sociedades pré-capitalistas a mulher ocupava diferentes funções no campo, nas oficinas, assim como nas tarefas domésticas. A autora assegura: “A mulher das camadas diretamente ocupadas na produção de bens de serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013, p. 61). As conversas com as mulheres nas comunidades rurais comprovam a afirmativa da autora.

Essas evidências do modo de vida e do trabalho das mulheres em diferentes comunidades rurais nos remetem, às discussões realizadas por Shiva (2016, p. 98): “Las mujeres dan de comer a sus familias y sus comunidades, pero non tienen um puesto de trabajo; sin embargo trabajan más que los demás”. De fato, é perceptível a extensa carga de trabalho e, concomitantemente, o não reconhecimento como geradora de renda essencial para a reprodução familiar. A despeito da parca valorização pelos de fora e pelos de dentro, a apropriação do espaço dos quintais está permeada por relações simbólicas, culturais e identitárias, utilizadas prioritariamente para a produção de alimentos.

A divisão desse “nanoterritório” é calculada milimetricamente. Embora não seja utilizado nenhum instrumento de medição, as mulheres o fazem com o objetivo de aproveitar ao máximo o



espaço para a inserção dos cultivos: alimentos, hortaliças, ervas medicinais, temperos, árvores frutíferas e a criação de animais.

Para separar os cultivos da criação utilizam restolho de madeira mediante a coleta, ou utilizam diversos materiais recicláveis com o aproveitamento de pedaços de ferro, flandres, plásticos entre outros.

A quantidade e diversidade de espécies vegetais e de pequenos animais, ainda que alguns ocupem espaços reduzidos, lembram-nos o conceito da agrobiodiversidade, como discutido por Santilli (2009, p. 94): trata-se de um [...] “produto de intervenção do homem nos ecossistemas: de sua inventividade e criatividade na interação com o ambiente natural”. Ao analisar os quintais, verificam-se a inventividade e a criatividade como uma constância, assim como um orgulho para as mulheres. Apresentá-lo aos visitantes (amigos, parentes ou até desconhecidos após uma prosa) é uma peculiaridade das mulheres nas comunidades rurais.

Os componentes-chave da agrobiodiversidade evidenciada nas discussões realizadas por Santilli (2009, p. 94) – “processos culturais, os conhecimentos, práticas e inovações agrícolas, desenvolvidos e compartilhadas pelos agricultores” – são evidenciados nas comunidades visitadas nos três estados.

Dentre os processos culturais, a conservação das sementes crioulas é definida por Petersen (2007, p. 260) como “bens naturais e culturais ao mesmo tempo, possuindo características genéticas moldadas por processos de escolha consciente realizados pelos agricultores”, o que foi identificado pelas agricultoras nas comunidades rurais visitadas.

Nos quintais elas plantam produtos da roça como o milho, feijão, quiabo, abóbora, fava e anualmente fazem a seleção de sementes após o cultivo, das espécies cultivadas nos quintais, para no ano subsequente utilizarem em seus cultivos. Nessas comunidades, especialmente Sítio Alto (SE) e Curralinho (MG), foi conformado um banco de sementes nas residências, criado graças ao envolvimento nos movimentos sociais e na luta em defesa das sementes crioulas. Essas mulheres participam de práticas como as trocas das sementes e de espécies vegetais, ancoradas nas relações de sociabilidade permeadas no modo de vida das comunidades tradicionais, como foi constatado nas narrativas enfáticas das mulheres nas trilhas pelos quintais. De fato, a circulação das plantas na comunidade é uma prática explicada pelas mulheres como uma forma de difusão de conhecimentos, mediante os resultados alcançados com a espécie, seja alimentar ou as ervas medicinais.

A lida com as plantas e com os animais está imbuída por uma relação direta com a natureza, no que diz respeito aos ciclos dos astros. Igualmente às discussões apresentadas por Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 98), “[...] os saberes tradicionais de numerosos grupos culturais incorporam a observação e a interpretação da abóboda celeste à sua práxis produtiva”. As observações dos astros – lua, sol, estrelas, dos planetas, constelações – são interpretadas, e esses



conhecimentos, transmitidos por várias gerações, são utilizados na escolha do tempo de cultivo e trato com os animais. Ainda são observadas as alterações na vegetação como a floração e frutificação de plantas, alterações no comportamento dos animais, aparecimento e movimento dos insetos, tudo isso relacionado ao regime das chuvas, constituindo saberes que são evidenciados nas práticas cotidianas nas comunidades tradicionais.

Entretanto, os espaços dos quintais não permanecem estáticos, visto que as mulheres estão sempre experimentando novas variedades de espécies. Com os intercâmbios concretizados, têm-se como resultados a diversidade visual, o colorido, a quantidade de espécies vegetais em espaços reduzidos.

Para além da agrobiodiversidade, comprova-se a relação íntima com o meio ambiente: as mulheres aproveitam os resíduos de alimentos, os restos das cascas de frutas, legumes e verduras para alimentar os animais (aves e suínos). Nada se deteriora, tudo se aproveita, o que denota a contribuição e a defesa da sustentabilidade ambiental.

As árvores frutíferas, além da sombra para outros cultivos, produzem as frutas consumidas no âmbito familiar, mas também apresentam valor de troca, quando comercializadas nas feiras semanais.

Em Engenho Velho (MG) e nas feiras de Iporá (GO) e Pirenópolis (GO) foram identificadas mulheres que se apropriam dos seus saberes-fazer e elaboram com as frutas existentes no quintal uma variedade de doces caseiros: bananada, goiabada cascão, marmelada, iguarias com a laranja, jabuticaba. Foi rememorada a relação da elaboração desses doces, geralmente, com as estações do ano, o que nos remete às discussões a respeito da comida e calendário evidenciados por Montanari (2013). Todavia, as doceiras ressaltam que, além dos doces tradicionais, criaram novas iguarias com frutas como a acerola, doces para as festas, e no momento que não têm as frutas no quintal elas utilizam as frutas adquiridas com as vizinhas, amigas ou outras pessoas na comunidade.

Rememora-se aqui o conceito de saber-fazer (savoir-faire), entendido por De Certeau (1998) “como um saber não dissociado do fazer, um saber em constante transformação, pois apropria-se de elementos externos, os transforma e absorve”. Nessas comunidades, verificou-se a inserção de frutas como a acerola, novos tipos de doces com chocolate, coco industrializado, refutando a ideia do conhecimento tradicional como algo engessado, fechado, acabado (CARNEIRO DA CUNHA, 2007). Esses conhecimentos foram transmitidos de geração a geração, logo, o saber-fazer é mantido, contudo, ocorrem atualizações. A produção de doces é comercializada na comunidade, mas também por meio de redes informais, e desse modo os doces de Currealinho chegam a Belo Horizonte e outras cidades.

Condimentos (temperos), como alecrim, salsa, coentro, cebolinha, manjeriço e hortelã grão, são utilizados no preparo dos alimentos, sobretudo para proporcionar ou enriquecer o sabor



dos alimentos. Todavia, nas comunidades de Lagoa da Volta, em Sergipe, Iporá e Pirenópolis, em Goiás, esses temperos são comercializados também nas feiras livres.

O espaço ainda é ocupado com ervas medicinais como capim-cidreira, erva-doce, mastruz, capim-santo entre outras espécies. O uso das ervas medicinais tem sido reduzido se comparado com o passado, como ressaltou dona Josefa na comunidade quilombola de Sítio Alto, em Sergipe, em decorrência da difusão do uso de medicamentos adquiridos no setor comercial nas sedes dos municípios. O avanço do setor farmacológico e a difusão da medicina alopática provocaram o esgarçamento de saberes e fazeres vinculados ao uso das ervas medicinais e uma dependência da indústria. No entanto, a erosão das práticas transmitidas por diferentes gerações relacionadas aos remédios caseiros não conseguiu devastar o conhecimento das comunidades. Foi constatada a utilização de algumas ervas medicinais, cultivadas nos quintais e usadas para os chás, emplastos, banhos entre outros. De igual modo ao do Sítio Alto, em Sergipe, as mulheres da comunidade de Curralinho e Engenho Velho, em Minas Gerais, Iporá e Pirenópolis, em Goiás, e da Lagoa da Volta, em Sergipe, destacaram a importância do cultivo das ervas medicinais nos seus quintais e o consumo para o alívio das enfermidades.

As folhagens são encontradas juntamente com as verduras como o quiabo, o ora-pró nobis, o hibisco, o maxixe, chuchu, couve. Em alguns municípios encontramos cenoura, como em Lagoa da Volta e em Porto da Folha (SE), porém nos demais não a identificamos.

A depender da dimensão espacial do quintal, também são cultivados produtos típicos da roça como o milho, feijão, fava e mandioca. Esses espaços são separados, como dito anteriormente, com cercas de madeiras ou restolho de construção.

Os pequenos animais são criados nesse espaço, constituindo a principal fonte de proteína. Aves e suínos dominam o espaço. Igualmente aos resultados das pesquisas realizadas por Mesquita (2019), nos assentamentos de Mambaí, em Goiás, “[...] a criação de pequenos animais (suínos e galináceos) que fornecem carne, banha e ovos, são fontes de nutrientes e proteínas que enriquecem a alimentação diária das famílias”. Essa realidade foi identificada em outras comunidades de Goiás e Minas Gerais. Em Sergipe, embora a criação de aves e de suínos conforme também os pequenos animais criados nesse espaço, a banha foi totalmente eliminada dos hábitos alimentares, como evidenciado por Oliveira (1994).

Os suínos criados nos quintais são considerados como uma “poupança feminina” (MENEZES, 2001) pelas mulheres que produzem queijo de coalho caseiro no sertão e pelas mulheres das demais comunidades sergipanas visitadas. Elas ressaltam a importância da criação desses animais no seu modo de vida. A renda é utilizada para a compra de utensílios domésticos, vestuário, e nas emergências é empregada para a compra de remédios e assistência médica. Mas



qual é o destino da criação dos pequenos animais e demais produtos cultivados nos quintais? De acordo com a dimensão espacial, a produção é direcionada ao autoconsumo e aos circuitos curtos.

4 A COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS NOS CIRCUITOS CURTOS

A produção das mercadorias no agronegócio está vinculada aos circuitos longos, direcionados ao mercado externo, como já foi discutido anteriormente. Enquanto isso, os circuitos curtos são caracterizados pela venda direta feita pelo agricultor ou de forma indireta por meio de um intermediário, entre produtor e o consumidor (CHAFFOTE; CHIFFOLEAU, 2007). Certo é que algumas mulheres ocupam os nanoterritórios dos quintais, e a produção está direcionada de forma exclusiva ao autoconsumo, como é o caso do Sítio Alto, em Simão Dias, Sergipe. Os quintais, como referido, são espaços milimetricamente ocupados com a criação de aves, verduras, hortaliças e frutas, para o consumo familiar. Igualmente a Sítio Alto, em Sergipe, em Curralinho, Minas Gerais, também foi constatado o uso do quintal para a produção de alimentos destinados ao consumo familiar. Enquanto isso, nas comunidades Iporá e Pirenópolis as mulheres organizam os alimentos (queijos, quitandas, doces, ovos, aves abatidas, verduras, frutas) e comercializam diretamente aos consumidores na denominada feira da agricultura familiar.

Em Sergipe, na comunidade de Lagoa da Volta as mulheres comercializam de forma direta, uma vez que os consumidores adquirem os produtos nas residências. Contudo, é importante ressaltar a comercialização dos pequenos animais e ovos, feita diretamente junto aos intermediários que conformam redes informais e visitam regularmente as comunidades rurais. Eles adquirem os produtos, pagam em espécie no ato da compra, ou no caso dos suínos às vezes efetuam o pagamento combinado com um prazo de quinze dias. Em Sergipe, as aves e seus ovos são consumidos pela família, todavia, havendo excedente, fazem uso da venda dele para os mercados locais, e juntamente com o suíno conformam, geralmente, a principal renda advinda do quintal agroflorestal. E para esses grupos familiares a comercialização dos alimentos nas feiras dos municípios, com as entregas diretas aos consumidores, contribui para o aumento da renda familiar.

Os quintais apresentam tamanhos variados, alguns chegam a medir quinhentos metros, outros ocupam até dois hectares. Quando a área ocupada é maior, a exemplo de alguns quintais em Lagoa da Volta, Sergipe, em Iporá e Pirenópolis, Goiás, a produção é destinada para além do consumo familiar aos circuitos curtos, como foi destacado anteriormente.

Em Iporá, Goiás, a feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária ocorre a partir das 14 horas, às quintas-feiras, até as 20 horas. De acordo com Silda, articuladora do núcleo Médio Araguaia, a feira surgiu com as reuniões ocorridas no processo da política e desenvolvimento territorial. A comercialização é realizada pelos agricultores e agricultoras dos municípios de Iporá (Figura 1), Moiporá, Diorama, Palestina, de Caiapônia, Arenópolis e Amarinópolis de Goiás.



Vários produtos comercializados pelas mulheres são advindos dos quintais como frutas, verduras, hortaliças, conservas de pimentas elaborados nas cozinhas, além de alimentos processados como queijos, pamonhas, tapioca, pastel, rapadura, melado. Também foi identificada a produção de artesanato como pinturas e crochês feitos pelas mulheres. Para essas mulheres produzir alimentos nos quintais, na cozinha e vender diretamente aos consumidores é importante porque elimina o intermediário, gera renda fundamental para a reprodução da família, e nesse lugar se dá a troca de conhecimentos, de saberes entre quem produz e quem compra. Em Pirenópolis (Figura 2) a feira é realizada aos domingos, a partir das 6 horas, em uma praça central, e apresenta produtos semelhantes àqueles comercializados em Iporá, com o acréscimo da diversidade de quitandas, embutidos e outros tipos de artesanato.



Figura 1: Feira de Iporá, março de 2020.
Fonte: As autoras.



Figura 2: Feira de Pirenópolis, novembro de 2019.
Fonte: As autoras.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das atividades realizadas no Projeto Promob, nas visitas realizadas nos espaços rurais foram constatadas a latente transformação nos espaços vinculadas ao uso da terra para a produção de mercadorias, assim como a apropriação dos espaços rurais com a especulação imobiliária e a construção de condomínios horizontais e/ou as segundas-residências individualizadas, quer seja uma casa rural para uso nos finais de semana, quer sejam as chácaras. Mas o que nos chamou mais a atenção foi a dedicação das mulheres aos espaços circunscritos a sua residência – os quintais – para a produção de alimentos, preocupadas com a segurança alimentar da família. Tal fato impulsionou-nos a estabelecer uma relação com espaços que apresentam produções similares visitados no âmbito desse projeto em Sergipe.

Os quintais conformam espaços onde os saberes são transmitidos por diferentes gerações, expressando as vivências, os fazeres cotidianos, a organização, divisão e aproveitamento da terra para o cultivo de hortaliças, frutas, roça, e criação de pequenos animais. A produção, embora pouco valorizada, é relevante para a segurança alimentar dos membros familiares. Em algumas comunidades o excedente é comercializado nos circuitos curtos, como as feiras livres nos municípios, ou vendido a intermediários, sobretudo os pequenos animais, e no caso do suíno é a poupança da mulher. Esses recursos financeiros no cômputo familiar das comunidades de Iporá, Pirenópolis, Lagoa da Volta e no caso das doceiras de Engenho Velho são essenciais para a reprodução familiar. Nas demais comunidades a produção é utilizada como valor de uso para o autoconsumo familiar. Portanto, os quintais configuram os saberes e fazeres, as relações de sociabilidade, e geram renda para a família em várias comunidades. Valorizar os quintais significa valorizar o conhecimento transmitido por diferentes gerações, as tradições, a cultura em um espaço que é lugar de vida e de trabalho!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. de. A captura do Cerrado e a precarização dos territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, M. G. de (Org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005. p. 321-347.
- ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. da C. (Orgs.). Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 47-74.
- ALMEIDA, M. G. de. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. **Confins** [on-line], n. 29, 2016. Disponível em: <<http://confins.revues.org/11392>>. Acesso em: mar. 2017.
- ALMEIDA, M. G. de. Quintais rurais e a visibilidade do trabalho e saberes das mulheres quilombolas e assentadas – Goiás. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural: um modo de ver**. Goiânia: Ed. UFG, 2018, p. 343-470.



- CARNEIRO DA CUNHA, M.. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista da USP**, São Paulo, n. 75, 2007, p. 76-84,.
- CHAVEIRO, E. F.. O Cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (org.). **Geografia e cultura** os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008, p. 75-97.
- CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y.. Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, Montpellier, n. 1-2, fev.-mar. 2007.
- CLAVAL, P.. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 59-97.
- CASTILHO, D.. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2017.
- CERTAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GALEANO. E.. **Veias abertas da América Latina**. Montevideo: LPM, 2010. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/>. Acesso em: 27 jul. 2020.
- HEREDIA, B.; CINTRÃO, R.. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, ano 9, n. 8, p. 1-28, jan./jun. 2006.
- MENDONÇA, M. R.. A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. 2004. 448 f. Tese (**Doutorado em Geografia**) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP, 2004.
- MENEZES, S. de S. M.; SILVA, P. A. S.; SILVA, H. R. C.. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins** [on-line], v. 40, 2019. URL: <<http://journals.openedition.org/confins/20412>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- MENEZES, S. de S. M. As fabriquetas de queijo: uma estratégia de reprodução camponesa no município de Itabi, SE. 2001. 161 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001.
- MESQUITA, L. A. P. de. Saberes e fazeres das mulheres assentadas: relações de gênero e os processos de empoderamento no território do Vão de Paranã (GO). 2019. 279 f. Tese (**Doutorado**) – PPGEO/IESA/UFG, 2019.
- MONTANARI, M. **Comida como cultura**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 2013.
- NEVES, P. D. M.; MENDONÇA, M. R.. Expansão do agronegócio canavieiro no sul goiano e os efeitos na produção de alimento. **Confins** [on-line], v. 44, 2020. URL: <<http://journals.openedition.org/confins/26199>> Acesso em: 19 maio 2020.
- OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João P. **A questão agrária hoje**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 45-67.
- PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E.. O PRODECER (RE)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun. 2014.



PETERSEN, P.. Editorial. **Agriculturas**: experiências em agroecologia, v. 4, n. 3, out. 2007.

POLLAN, M.. **O dilema do onívoro**: uma história natural de quatro refeições. Tradução: Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

QUARESMA, A. P.. Mulheres e quintais agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORTA, K.; REZENDE, M.; MACEDO, G. (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. Brasília: MDA, 2015. p. 35-43.

RADL-PHILIPP, Rita M. Direitos humanos e gênero. **Cadernos CEDES**, v. 30, p. 135-156, 2010.

SAFFIOTI, H.. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

SANTILLI, J.. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, R. J. A dimensão cultural das paisagens rurais do cerrado mineiro. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A.. **Geografia**: leitura culturais. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 133-158.

SANTOS, R. J. **Gaúchos e mineiros no Cerrado**: metamorfose das diferentes temporalidades e lógicas sociais. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SHIVA, V.. **Quién alimenta realmente al mundo?** El fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología. Madri: Artes Gráficas Cofás, 2016.

SILIPRANDI, E.. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SOARES, B. R.; CAMACHO, J. F.; LOURENÇO, L. A. B.; MELO, N. A. BACELAR, W. K. A. Triângulo mineiro: modificações econômicas e suas contradições socioespaciais. In: ALMEIDA, M. G. de. **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005. p. 225-250.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N.. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. In: SILVA, V. A. da; ALMEIDA, A. L. S.; ALBUQUERQUE, U. P.. (Orgs.). **Etnobiologia e Etnoecologia**: pessoas & natureza na América Latina. Recife: NUPEEA, 2010. p. 13-36.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N.. **A memória biocultural**: a importância ecológica dos saberes tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K.. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. daUnB, 1997.